



Revista e-Curriculum

ISSN: 1809-3876

ecurriculum@pucsp.br

Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo

Brasil

THIESEN, Juares da Silva
INTERNACIONALIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
CONCEPÇÕES E CONTEXTOS

Revista e-Curriculum, vol. 15, núm. 4, octubre-diciembre, 2017, pp. 991-1017
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76654187006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

INTERNACIONALIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONCEPÇÕES E CONTEXTOS

THIESEN, Juares da Silva*

RESUMO

Este trabalho resulta de pesquisa em desenvolvimento, que tem por objetivo analisar implicações dos movimentos de internacionalização curricular no/do Ensino Superior sobre as atuais políticas e reconfigurações curriculares na Educação Básica, particularmente, nos cenários de Brasil e Portugal. No texto, como recorte, apresento e exploro, com base em pesquisas já realizadas, um conjunto de aspectos conceituais e outros elementos de contextualização do movimento de internacionalização da educação, com o propósito de destacar a presença da Educação Básica no debate dessa problemática, que, como se sabe, tem a Educação Superior como lócus principal. Opero com procedimentos metodológicos comumente utilizados em investigações do tipo descritivo-exploratórias, com base em textos de periódicos indexados, teses e dissertações, além de trabalhos apresentados em anais de eventos científicos. No artigo, identifico, inicialmente, alguns sentidos conceituais atribuídos por pesquisadores para internacionalização da educação e do currículo e sobre esta base formulo provisoriamente um conceito para *internacionalização do currículo na Educação Básica*. Numa segunda seção, situo contextos nos quais se insere a problemática da internacionalização do currículo e pontuo aspectos da participação ou do envolvimento desse nível da Educação no movimento.

Palavras-chave: Internacionalização. Currículo. Educação Básica. Política.

* Professor do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC –, Florianópolis/SC, Brasil. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSC. Líder do Grupo de pesquisa em Currículo – Itinera. E-mail: juares.thiesen@ufsc.br

=====



INTERNATIONALIZATION OF CURRICULUM IN BASIC EDUCATION: CONCEPTS AND CONTEXTS

THIESEN, Juares da Silva*

ABSTRACT

This study is the result of ongoing research that is analyzing the implications of movements for curriculum internationalization in higher education on current policies and curriculum reconfigurations in basic education, particularly in Brazil and Portugal. Based on already conducted studies, the text presents and explores a group of conceptual aspects and other elements of contextualization of the movement for the internationalization of education to highlight the presence of basic education in the debate of this problematic, for which higher education is the principal locus. I operate with methodological procedures commonly used in descriptive-exploratory studies, based on texts from indexed periodicals, theses and dissertations, as well as works presented in annals of academic events. In the article I first analyze some conceptual meanings attributed by researchers to internationalization of education and curriculum and on this basis I provisionally formulate a concept for internationalization of curriculum in basic education. In a second section, I situate contexts in which the problematic of internationalization of the curriculum is inserted and identify aspects of participation or involvement of this phase of education in the movement.

Keywords: Internationalization. Curriculum. Basic education. Politics.

* Professor at the Educational Sciences Center of the Federal University of Santa Catarina – UFSC –, Florianópolis/SC, Brazil. Professor of the Postgraduate Program in Education - PPGE/UFSC. Leader of the Curriculum Research Group - Itinera. E-mail: juares.thiesen@ufsc.br.



INTERNACIONALIZACIÓN DE LOS CURRÍCULOS EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: CONCEPCIONES Y CONTEXTOS

THIESEN, Juares da Silva **

RESUMEN

El trabajo resulta de investigación en desarrollo, que tiene por objetivo analizar implicaciones de los movimientos de internacionalización curricular en el/de la Enseñanza Superior sobre las actuales políticas y reconfiguraciones curriculares en la Educación Básica, particularmente, en los escenarios de Brasil y Portugal. En el texto, como recorte, presento y exploto, sobre la base de investigaciones ya realizadas, un conjunto de aspectos conceptuales y otros elementos de contextualización del movimiento de internacionalización de la educación, con el propósito de destacar la presencia de la Educación Básica en el debate de esta problemática, que como se sabe, tiene la Educación Superior como locus principal. Opero con procedimientos metodológicos comúnmente utilizados en investigaciones del tipo descriptivo-exploratorias, con base en textos de periódicos indexados, tesis y dissertaciones, además de trabajos presentados en anales de eventos científicos. En el artículo, identifico, inicialmente, algunos sentidos conceptuales atribuidos por investigadores para internacionalización de la educación y del currículo y sobre esta base formulo provisionalmente un concepto para internacionalización del currículo en la Educación Básica. En una segunda sección, sitúo contextos en los que se inserta la problemática de la internacionalización del currículo y puntos de la participación de esta etapa de la Educación en el movimiento.

Palabras clave: Internacionalización. Currículo. Educación Básica. Política.

** Profesor del Centro de Ciencias de la Educación de la Universidad Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, SC, Brasil. Profesor del Programa de Postgrado en Educación - PPGE/UFSC. Líder del Grupo de Investigación en Currículo - Itinera. Correo electrónico: juares.thiesen@ufsc.br

1 INTRODUÇÃO

Este texto integra-se ao trabalho de pesquisa que desenvolvo no estágio Pós-Doutoral, que tem por objetivo analisar implicações dos movimentos de internacionalização curricular no/do Ensino Superior sobre as atuais políticas e reconfigurações curriculares da Educação Básica, particularmente, nos cenários de Brasil e Portugal.

Como recorte resultante da primeira etapa desenvolvida no âmbito do trabalho, apresento e exploro, com base em pesquisas já realizadas, um conjunto de aspectos conceituais e outros elementos de contextualização do movimento de internacionalização da educação, com o propósito de destacar a presença da Educação Básica no debate dessa problemática, que, como se sabe, tem a Educação Superior como lócus principal. Trata-se, pois, de um objeto de investigação que, salvo análise mais apurada, ainda não foi realizada no Brasil.

Desenvolvo esta etapa da pesquisa operando com procedimentos metodológicos comumente utilizados em investigações do tipo descritivo-exploratórias, tendo em vista que o propósito é apresentar um panorama sobre a problemática, com destaque aos aspectos da conceituação e contextualização política do movimento, identificando possíveis sintomas ou marcas que colocam questões curriculares da Educação Básica no interior do movimento. Nesse âmbito, exploro trabalhos publicados em periódicos indexados em base de dadosⁱ além de textos publicados em anais de eventos científicos.

Nessa tarefa de pesquisa, me associo ao esforço de outros investigadores brasileiros, que vêm trabalhando em direção semelhante, considerando, todavia, que estes focam suas lentes nos movimentos de internacionalização envolvendo predominantemente a Educação Superior. Refiro-me, especialmente, aos trabalhos de Morosini (2006, 2011, 2014); Almeida (2015); Nogueira, Aguiar e Ramos (2008), Maués (2015), Lima e Maranhão (2009, 2011), Aguiar (2007) e Luna (2016), para citar alguns.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira, apresento definições conceituais referentes à internacionalização da educação e do currículo formuladas por pesquisadores que se dedicam ao estudo dessa problemática e proponho, inclusive, uma hierarquização provisória das

definições na forma de um mapa conceitual. Por extensão, na segunda, formulo um conceito preliminar para o que chamo de *Internacionalização do currículo na Educação Básica*, considerando não existirem na literatura do campo educacional e curricular definições para este objeto de conhecimento. Na última seção, situo contextos nos quais se insere, de algum modo, a problemática da internacionalização do currículo na Educação Básica, com especial atenção à realidade do sistema educacional brasileiro.

2 SENTIDOS CONCEITUAIS ATRIBUÍDOS PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO CURRÍCULO.

Em busca recente realizada no ano de 2017 em obras e periódicos indexados que socializam investigações explorando concepções e definições conceituais sobre internacionalização da educação em geral e do currículo em particular, restou revelado que, não obstante haver significativa quantidade de pesquisas acerca do tema – especialmente sobre internacionalização da/na educação superior (*Higher Education*), raros são os trabalhos que se dedicam a aprofundar aspectos conceituais relacionados com internacionalização curricular na Educação Básicaⁱⁱ. Relativamente à produção brasileira e portuguesa, objeto de interesse da presente pesquisa, não se encontra investigações com este recorte.

É importante marcar que, neste trabalho, opero com a compreensão de que há significativas diferenças conceituais envolvendo a problemática da internacionalização da educação, tema amplo e complexo em torno do qual gravitam, no qual se entrecruzam ou ao qual estão subordinados vários outros conceitos, inclusive agregando elementos teóricos para fechamento de sentidos ao primeiro. Assim, no espectro que envolve a problemática mais ampla, é possível encontrar-se conceitos e/ou definições particulares para: internacionalização do ensino superior (*Higher Education*); educação internacional; internacionalização em casa (*at home*); internacionalização como cooperação transnacional ou bilateral; internacionalização do campo dos estudos curriculares e internacionalização do currículo; internacionalização de estudos no exterior e escolas internacionais. Na figura 1, ilusto, com hierarquização provisória, essa composição conceitual.

=====

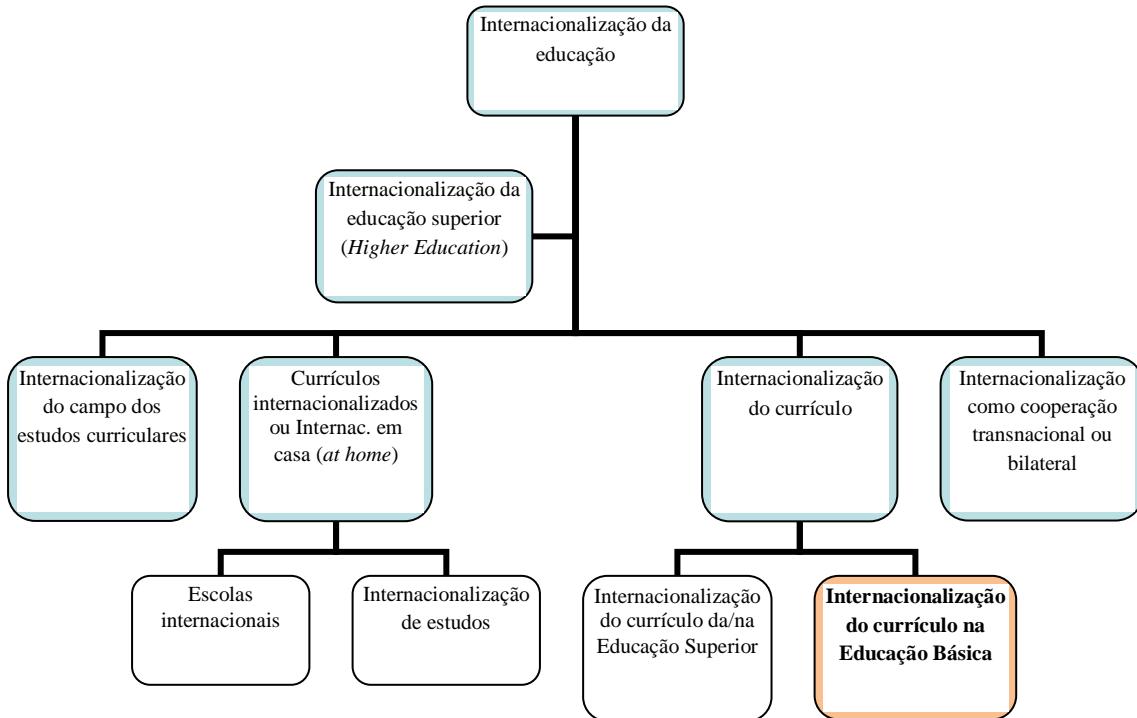


Figura 1. Composição conceitual envolvendo a problemática da internacionalização da educação e do currículo

Fonte: Figura elaborada pelo autor com base em fontes de leitura (2017).

Tendo em conta o objeto da presente pesquisa, importa compreender o fenômeno da internacionalização na educação em seus diferentes aspectos e especificidades, sem perder de vista que o principal propósito é explorar a existência (ou não) de conceitos para internacionalização do currículo na Educação Básica, elemento que considero de maior relevância no trabalho. Nessa perspectiva, elenco, inicialmente, definições atribuídas por diferentes autores aos conceitos de internacionalização da educação e outros que envolvem a problemática para, em seguida, explorar com algum detalhamento o conceito de internacionalização do currículo na Educação Básica.

Em sentido amplo, ressalvadas certas especificidades, as definições conceituais para internacionalização da educação apresentadas na literatura do campo do currículo partem fundamentalmente das concepções assumidas por pesquisadores como Knight (1995, 2004, 2008,

2012), De Wit (2011, 2013), Leask (2015), Altbach (2001, 2006), Altbach e Knight (2007), Teichler (2004) e Beelen e Jones (2015), os quais compreendem o fenômeno da internacionalização da educação como caminhos ou alternativas para ampliar e aprofundar as relações interculturais, sociais e educacionais em contextos internacionais e transnacionais. Movimentos que se efetivam por atividades educacionais domésticas e/ou fronteiriças, individuais e/ou institucionais, geralmente envolvendo mobilidades humanas, conteúdos curriculares centrados em competências internacionais e interculturais, compartilhamento de conhecimentos e diferentes formas de cooperação acadêmica – especialmente nos âmbitos do ensino e da pesquisa.

Em relação ao que se apresenta nos discursos como grandes eixos/finalidades da internacionalização da educação, Chaves (2015) vê nos movimentos duas principais perspectivas: uma acadêmica, que defende a internacionalização da aprendizagem e do conhecimento e que concebe a educação como bem público; e outra econômica, que defende a transformação da educação em bem de serviço a ser comercializado e regulado segundo as normas de serviços em geral. Na primeira perspectiva, os fundamentos e os propósitos são a solidariedade, as trocas científicas e culturais, a integração entre as esferas locais e a global, a equidade social e cognitiva, o desenvolvimento sustentável, a qualidade científica e dos processos de formação escolar, a interculturalidade, etc. Na perspectiva econômica, interessa essencialmente a concorrência, a busca por padrões, os ranqueamentos, a venda de serviços e produtos educacionais, a manutenção de hegemonias na produção, distribuição e socialização do conhecimento considerado válido e útil, a corrida por tecnologias, a produção e comercialização de educação à distância, além de vários outros propósitos.

Situados os aspectos mais gerais em relação ao conceito de internacionalização da educação, passo a uma breve apresentação de conceitos utilizados por pesquisadores para explicitar seus respectivos entendimentos sobre a problemática da internacionalização em suas distintas especificidades para, em seguida, esboçar uma definição preliminar para *internacionalização do currículo na Educação Básica*.

O conceito que, com evidência, vem sendo destacado no contexto da problemática é o de *internacionalização da educação superior (Higher Education)*, compreensão frequentemente

=====

associada a de internacionalização das universidades. São muitos os trabalhos dedicados a esses objetos de estudo, os quais, em geral, se dedicam a discutir aspectos como concepções de internacionalização; importância acadêmica, política e econômica da internacionalização das universidades; relevância da internacionalização na/pesquisa; demandas por mobilidade estudantil e de docentes; concepções e implicações da avaliação externa e de larga escala; demandas por resultados acadêmicos internacionais; benefícios em termos de perfil institucional e acadêmico, além de vários outros.

Para Morosoni (2006), internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento. O conceito passou da chamada *dimensão internacional* – presente no século XX, que se caracterizou por ser uma fase incidental mais do que organizada – para a fase da *educação internacional*, entendida como atividade organizada prevalente nos Estados Unidos entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria. E, posteriormente à guerra fria, para a *internacionalização da educação superior*, com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior.

As definições, bem marcadas em boa parte dos trabalhos, convergem em vários aspectos, especialmente aqueles relacionados com a concepção positiva de internacionalização, ou seja, com uma concepção que reafirma a necessidade contemporânea de colocar as universidades nos circuitos globais em relação às demandas seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Em geral, são afirmados conceitos como o de Knight (2004), que concebe esses movimentos como processos de integração das atividades universitárias em dimensões internacional e intercultural e como alternativa contemporânea para responder as demandas da sociedade global. Ou ainda, como estratégias transversais que permitem trocas em diversos aspectos, tais como saberes, conhecimentos, tecnologias, cultura, experiências etc.

Educação internacional é outro conceito que, embora apareça com menor intensidade na literatura do campo, ganha expressão em vários trabalhos e geralmente está associado com os conceitos de “estudantes internacionais” (ZAMBERLAM et al., 2009), com internacionalização em casa (*at home*) (BEELEN; JONES, 2015), com “currículo internacionalizado” (LEASK,

2009), com internacionalização de estudos (AGUIAR, 2009) e, ainda, com escolas internacionais (AGUIAR, 2007).

De modo geral, pesquisadores compreendem esses movimentos como alternativas de escolarização de estudantes em níveis ou padrões internacionais envolvendo intercâmbios cognitivos e culturais. Aparecem relacionados à ideia de conversão de identidade – de local para internacional, de adesão ao espírito internacional, ao capital internacional, à rentabilidade social e a um *savoir faire* cultural (AGUIAR, 2007).

Para Knight (2004, 2008) e Beelen e Jones (2015), a internacionalização em casa normalmente consiste em estratégias e abordagens destinadas a injetar uma dimensão internacional na própria instituição. Isso significa incluir as perspectivas globais e comparativas no currículo, além do recrutamento de estudantes, acadêmicos e professores internacionais, tirando proveito de suas presenças no campus. Consiste na internacionalização realizada no próprio país, promovida com a ajuda dos estrangeiros que nele vivem e com os próprios sujeitos locais que viveram no exterior ou que de alguma outra forma ganharam competências internacionais. Internacionalização no estrangeiro, por outro lado, inclui a projeção de atuação de uma instituição e de seus *stakeholders* no mundo. Inclui todas as formas de educação com alcance para lá das fronteiras: mobilidade de estudantes, docentes e demais profissionais, mobilidade de projetos, programas e de fornecedores.

Com semelhante sentido, se pode dizer que *currículo internacionalizado* é aquele que, quando colocado em ação nas instituições, promove (ou busca promover) aos estudantes conhecimentos e competências demandadas pelos requerimentos e padrões internacionais. Em geral, instituições com projetos nessa perspectiva assumem como propósito acadêmico preparar seus estudantes para que, em contextos internacionais e multiculturais, desempenhem eficientemente suas atividades – sejam elas pessoais ou profissionais.

Integra-se aos demais conceitos que envolvem internacionalização da educação o de *cooperação internacional ou bilateral*. São formulações frequentemente associadas aos processos inovadores de gestão educacional e curricular construídos na forma de instrumentos de cooperação no âmbito da relação horizontal entre dois ou mais estados nacionais ou mesmo em âmbito regional ou global.

=====

Em geral, a ideia é que esse desenvolvimento seja compartilhado entre os países que passaram por histórias semelhantes de exploração e subdesenvolvimento, a fim de que se fortaleçam diante dos países centrais. Silva (2014) entende que são processos que envolvem compartilhamento de experiências, boas práticas e conhecimento técnico com outros países. Com esse sentido, pode ser tomado como fator de desenvolvimento.

Didriksson (2005) reforça essa concepção ao propor um modelo de cooperação internacional horizontal (CIH) para a América Latina e Caribe com base na solidariedade e na consciência internacional. No prefácio do documento que o autor organiza, juntamente com Gazzola (2008) para a UNESCO, destaca que o papel fundamental da Educação Superior com vistas ao desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe não é outro senão o de atuar como catalisadora para uma cooperação solidária baseada na horizontalidade e na complementaridade das relações.

Igualmente associado às concepções teóricas envolvendo a problemática da internacionalização da educação, verifica-se na literatura a formulação de diferentes definições para o chamado *movimento de internacionalização do campo dos estudos curriculares* – iniciativa recente, mas com forte impacto no campo. Pinar (2003), por exemplo, entende que esse movimento já pode ser considerado uma mudança paradigmática – concepção realçada por Pacheco (2013) quando afirma que a internacionalização do campo dos estudos curriculares necessita ser analisada pelos novos parâmetros de uma abordagem global do currículo, nos termos do que conta como conhecimento e no modo como a lógica de mercado estabelece princípios para a discussão do conhecimento baseado nos resultados.

Para Gough (2000), a internacionalização dos estudos curriculares pode ser compreendida como a criação de espaços transnacionais, onde as tradições de conhecimento local na investigação curricular podem ser protagonizadas em conjunto e não como representações locais de uma transladação curricular dentro de um discurso universal.

Moreira (2012) reafirma essa mesma perspectiva, ao destacar que a internacionalização do campo do currículo implica um trabalho conjunto de estudiosos de diferentes países, com a intenção de configurar um campo que se caracterize por uma perspectiva transnacional, mas não uniforme. Para que o processo se acelere, acredita-se na importância da criação de associações de

pesquisadores em currículo, na realização de conferências, na organização de periódicos que ofereçam espaços para o diálogo entre especialistas, no planejamento de estudos em conjunto. Todas essas iniciativas demandam, necessariamente, compreensão, diálogo intercultural e abertura para o outro.

Em pesquisa sobre o tema no estágio pós-doutoral, Moreira (2012) propôs que internacionalização no campo do currículo fosse compreendida:

[...] como um processo que: (a) se aplica a práticas sociais que não visam à homogeneização do campo; (b) não se limita ao simples movimento de teorias e práticas de um país para outro; (c) se desenvolve no longo prazo e implica uma disposição para ensinar e aprender com outras nações; (d) provoca mudanças no pensamento e nas atitudes dos indivíduos, no esforço por configurar um território comum; (e) apresenta dimensões sociais, culturais, morais, éticas e políticas que transcendem o estreito foco econômico e estabelecem uma sinergia com outras agendas; (f) não se expressa apenas por meio de intenções democráticas e neutras: relações de poder estão necessariamente envolvidas e devem ser avaliadas quando se considerarem as questões curriculares; (g) tanto pode corresponder a tentativas de promovê-la junto a instituições ou indivíduos, quanto à intenção de analisar seus efeitos nas teorias, práticas e políticas educacionais (MOREIRA, 2012, p. 219).

Para Pacheco (2013, 2015), Varela (2015), Pinar (2009) e Moreira (2012, 2015), a internacionalização do campo do currículo aparece diretamente relacionada com conceitos de cosmopolitismo, cultura global, trocas interculturais e transnacionalização – este último conceito especialmente quando consideradas as demandas em torno do que conta como conhecimento.

Como síntese dos aspectos conceituais que tratam da problemática da internacionalização na área da educação, apresento, no Quadro 1, um conjunto de pontos que, em meu entendimento, se revelam mobilizadores em termos de suas definições pontuais. Importante lembrar que esses elementos não se apresentam de maneira estanque, pelo contrário, se interconectam, interpenetram ou são complementares, operando como um sistema de múltiplas influências.

=====

Movimento/ Conceito	Contextos, perspectivas e expectativas	Eventos (exemplos)
Internacionalização da educação	Globalização econômica, inovação tecnológica, sociedade do conhecimento, busca de soluções comuns, educação como serviço, educação como bem comum, fortalecimento da chamada doutrina neoliberal.	II Guerra Mundial; fim da Guerra Fria; queda do Muro de Berlim; Configuração da economia em blocos a exemplo da União Europeia.
Internacionalização da Educação Superior ou das Universidades	Produtividade, competitividade, qualidade, certificação, eficiência, prestação de contas, conhecimento como capital intangível, cidadania global, qualificação internacional.	Processo de Bolonha
Internacionalização do campo dos estudos curriculares	Multiculturalidade, cosmopolitismo, trocas teóricas, solidariedade e compartilhamento de saberes, novas redes internacionais de pesquisa, democratização da pesquisa, realização de eventos científicos internacionais, projetos internacionais de investigação cooperativa. Estímulo a conversas acadêmicas complexas, hibridismo x insularidade cultural.	Primeira Conferência sobre a Internacionalização dos Estudos de Currículo, na Universidade do Estado de Louisiana em 2000. Associação Internacional para o Avanço dos Estudos Curriculares (IAACS).
Internacionalização em casa (<i>at home</i>) ou fora (<i>abroad</i>)	Mobilidade acadêmica, mobilidade internacional do trabalho, injeção de perspectivas comparativas e globais no currículo, certificação internacional, reconfigurações curriculares.	No Brasil, Programa ciência sem fronteiras e na Europa o Erasmus e agora Erasmus+.
Curículos internacionais ou internacionalizados	Escolas e/ou cursos internacionalizados, disciplinas ministradas em língua estrangeira, projetos curriculares envolvendo experiências estrangeiras, uso de tecnologias e materiais empregados internacionalmente, estágios e intercâmbios, alteração do perfil e do conceito institucional, flexibilização curricular.	Criação e implantação das chamadas escolas internacionais em vários locais.
Internacionalização do currículo	Mobilidade estudantil, formulação e políticas curriculares, reconfigurações na organização dos currículos, estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade, extensão da infusão internacional no conteúdo curricular	Programas e projetos de mobilidade estudantil a exemplo do programa Erasmus (UE) e Ciência sem Fronteiras (BR).
Internacionalização por acordos bilaterais horizontais	Transferência de recursos, tecnologias e materiais educacionais entre países, concessão de bolsas, parcerias internacionais envolvendo assistência às universidades estrangeiras e outras instituições, cooperação horizontal.	Acordos Ponte Brasil - África e Brasil - Canadá, além de outros.

Quadro 1. Aspectos mobilizadores e/ou mobilizados nos movimentos de internacionalização da educação e do currículo

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas fontes e leitura. As linhas pontilhadas indicam a interpenetração dos vários elementos nos diferentes movimentos listados na primeira coluna.

3 UM CONCEITO PRELIMINAR PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dada a inexistência de um conceito para *internacionalização do currículo no âmbito da Educação Básica*, sirvo-me da definição formulada para discussão no âmbito da Educação Superior pela australiana Betty Leask que, dentre outros aspectos, distingue com clareza a diferença conceitual entre internacionalização do currículo e currículo internacionalizado. Para a autora, a internacionalização do currículo é a incorporação de uma dimensão intercultural e internacional ao conteúdo, assim como ao ensino, ao aprendizado, aos instrumentos de avaliação e serviços de suporte de um programa de estudo. Já o currículo internacionalizado é aquele que envolverá os estudantes com a pesquisa internacionalmente informada e a diversidade linguística e cultural, além de propositadamente desenvolver suas perspectivas interculturais e internacionais como cidadãos e profissionais globais (LEASK, 2009)ⁱⁱⁱ

No caso específico da Educação Básica, pesquisas como a de Sevilha (2014), Aguiar (2009), Amorim (2012) e Nogueira (1998) indicam que as experiências configuram-se, essencialmente, como iniciativas de internacionalização dos currículos, tendo em vista que, em geral, os sistemas educacionais ou escolas (re)organizam seus currículos agregando um conjunto de atividades com perspectivas de internacionalização. São ações que podem envolver inclusão de novas disciplinas (em geral, língua estrangeira moderna) ou ampliação de suas cargas horárias; realização de intercâmbio estudantil; ampliação das cargas horárias das chamadas ciências duras (química, física, biologia, matemática); utilização de novas tecnologias educativas; acolhimento de estudantes estrangeiros; reforço curricular em conteúdos que atendem requerimentos internacionais; docência por professores com domínio de línguas estrangeiras; atividades extracurriculares ministradas em língua estrangeira etc.

Acompanhando a formulação dos citados autores, compreendo internacionalização do currículo na Educação Básica como um movimento, ainda inicial, com motivações de natureza política e econômica, que se fortalece mobilizado predominantemente por influência de organismos estatais ou privados – os quais operam em espaços e instâncias transnacionais. Por

=====

distintas estratégias e instrumentos, induzem estados nacionais e sistemas educacionais a desencadearem formulação e implantação de reformas em seus currículos de Educação Básica alcançando, inclusive, espaços escolares. São processos que podem incluir desde a formulação de políticas curriculares mais amplas até reconfigurações, redesenhos, adaptações ou adequações curriculares, com foco nos conteúdos de conhecimento, nas aprendizagens dos estudantes, na avaliação e nas respectivas metodologias de ensino.

Em geral, configuram ações desenvolvidas com perspectivas de alinhamento da educação, do currículo e consequentemente da formação escolar aos padrões do sistema econômico mundial vigente, mas que são discursivamente apresentadas como alternativas de atualização, inovação, eficiência e modernização. Os primeiros passos desse movimento aparecem manifestados: i) em textos de políticas curriculares que passam a inserir demandas e expectativas internacionais; ii) nos processos de avaliação externa que definem seus critérios com base em exigências internacionais; iii) nos documentos de projetos e programas oficiais, em geral, estruturados com base nestes mesmos princípios e propósitos, iv) em alguns programas de formação inicial e continuada para professores etc.

Nos contextos das práticas escolares, esse movimento mostra-se identificado com o que os pesquisadores chamam de *internacionalização curricular do tipo at home*, (BEELEN; JONES, 2015), dado suas características marcadamente constituídas por experiências vivenciadas nos próprios ambientes escolares por todos os estudantes e suportadas por arquiteturas curriculares que buscam integrar perspectivas locais com internacionais. Como entendem Beelen e Jones (2015), a internacionalização em casa é a integração intencional das dimensões internacional e intercultural no currículo formal e informal para todos os alunos dentro dos ambientes domésticos de aprendizagem.

4 SITUANDO CONTEXTOS NOS QUAIS SE INSERE A PROBLEMÁTICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

O pressuposto que sustento na pesquisa e defendo na presente seção do texto é que os movimentos contemporâneos pela internacionalização da educação, os quais se fortaleceram em

contextos globais na/dá Educação Superior, sobretudo após os anos 1980, vêm progressivamente influenciando a formulação de políticas educacionais na Educação Básica e, inclusive, alcançando espaços de decisão nas formulações curriculares para esse nível de ensino.

Baseado em pesquisadores que discutem políticas educacionais e curriculares^{iv}, defendo que o avanço sobre esse território é mobilizado fundamentalmente por três interdependentes forças, as quais operam com marcados interesses sobre a área educacional em escala global. Refiro-me às motivações de natureza econômica – pelo enorme potencial de mercado que a educação representa atualmente; às motivações políticas em face dos atuais sistemas de influência emergidos das chamadas *redes políticas transnacionais* (BALL, 2014) e, ainda, às motivações de natureza acadêmica, que tendem a conceber e operar com ‘conhecimento e competências’ como bens simbólicos de relevância e validez universal.

Parece evidente que as iniciativas com vistas ao alinhamento das políticas e demais formulações curriculares na Educação Básica aos grandes eixos, estratégias e demandas já consolidadas como padrões internacionais para a Educação Superior são mobilizadas como parte de uma mesma agenda transnacional que tem como meta global submeter todo o sistema educacional aos mesmos interesses.

Trabalhos como os de Dale (2004, 2010), Ball (2004, 2014), Freitas (2012) e Cossio (2015) vêm insistente apontando as novas redes políticas, engendradas em nível transnacional, como formas estratégicas atuais de governança na educação, todas alinhadas na perspectiva de integrar, por seus discursos e ações, os interesses do Estado e de parte da sociedade civil com a economia de mercado.

Nesse sentido, movimentos mundiais como o da universalização da avaliação de larga escala com seus respectivos mecanismos de estandardização e de responsabilização dos sistemas educacionais; de centralização curricular com indução de reformas de apostam na flexibilização dos percursos formativos e de parcerização do público com o privado na gestão escolar e dos currículos, fortalecem ainda mais os propósitos da internacionalização curricular, suportados que são por um conjunto coeso e sincrônico de exigências em termos de competências e habilidades para os estudantes. São formulações com metas de grande impacto colocadas na agenda dessas redes políticas transnacionais que, pelo menos discursivamente, se autorizam a definir o que deve

=====

constituir ‘hoje’ o projeto mais eficiente para educação do ‘amanhã’, em visível esforço de hegemonização de suas ideias e interesses.

Nessa direção, Libâneo (2016) alerta para o sentido estratégico da internacionalização dos currículos apontando que são movimentos que representam a modelação dos sistemas e instituições educacionais conforme expectativas supranacionais definidas pelos organismos internacionais ligados às grandes potências econômicas mundiais, com base em uma agenda globalmente estruturada para a educação, as quais se reproduzem em documentos de políticas educacionais nacionais como diretrizes, programas, projetos de lei etc. O autor destaca que nesse contexto se instituiu, em âmbito internacional, um padrão universal de políticas para a educação baseado em indicadores e metas quantificáveis como critério de governabilidade curricular, visando ao controle dos sistemas de ensino nacionais.

Sabidamente, fazem parte dessa rede de “governança transnacional” (CÓSSIO, 2015) importantes organizações político-econômicas ou intergovernamentais, como é o caso do Banco Mundial^v, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID), além de vários outros, conforme bem identifica Silva (2010)^{vi}.

É indiscutível que haja marcante presença de organismos internacionais em ações de formulação e proposição de políticas educacionais e curriculares envolvendo, de algum modo, a Educação Básica. Organismos estes que sabidamente exercem forte influência sobre os sistemas educacionais e redes de ensino de países localizados fora dos blocos centrais de poder, incluindo o Brasil. Ainda que as formulações propostas para a educação por esses organismos, em geral, não tenham destinação mais específica para os currículos da Educação Básica, seus textos, como discurso, implicam nos contextos onde as práticas se efetivam. Afinal, em contextos nos quais as políticas são cada vez mais viajantes, suas influências transitam do global ao local e vice-versa.

Para Akkari (2011), a internacionalização das políticas educacionais, processo iniciado por volta de 1980, está associada à disseminação de novos paradigmas e conceitos que supostamente dariam maior eficácia às políticas educacionais. Entre os temas recorrentes nesse processo se destacam: adaptação à globalização econômica, benefícios das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação, descentralização, privatização, obrigação de

resultados e prestação de contas, qualidade da educação, gestão e governança, reformas curriculares, padrões educacionais, profissionalização docente, responsabilização dos professores pelos resultados de desempenho dos alunos etc.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, cujo impacto nas políticas educacionais não pode ser desconsiderado, ressalta a necessidade de reformas curriculares mais condizentes com as demandas globais, que estejam voltadas à preparação dos estudantes para atuar socialmente e profissionalmente em um contexto internacional e multicultural (OCDE, 1996; RIZVI, 2007).

Leal e Moraes (2016) afirmam essa mesma perspectiva e reforçam que, na maioria dos casos, a idealização de internacionalização do currículo se embasa na análise fornecida pela OCDE e outros organismos de natureza semelhante. No entanto, além da falta de clareza sobre os meios para incorporar uma orientação internacional ao conteúdo curricular, essas organizações ignoram o fato de que muitos sistemas educacionais nacionais não estão bem preparados para avançar nesse caminho. Assim, revela-se uma tendência à generalização, desconsiderando-se particularidades ou singularidades de cada sistema, denotando-se uma compreensão sofismável de facilidade do processo.

No Brasil, as ações envolvendo internacionalização da educação e dos currículos são mobilizadas em distintos contextos com evidente destaque aos processos e projetos que contemplam a educação superior pública e privada. Conceitualmente, tanto os organismos oficiais quanto os coletivos acadêmicos adotam as definições que circulam em contextos globais, notadamente as produzidas na Europa e nos Estados Unidos – concepções que buscam integrar as dimensões acadêmicas com as econômicas, geralmente apresentadas positivamente em tonalidades de inovação e modernização.

Almeida (2015) contextualiza o movimento da internacionalização da Educação Superior no Brasil destacando que o produtivismo acadêmico, fruto dos critérios de exigência do Estado-avaliador, tendo a Capes^{vii} como maior agente, acabou por consolidar a noção de internacionalização entre os programas de pós-graduação que pretendiam atingir conceitos máximos de qualidade acadêmica especialmente a partir dos anos 1990. Esse processo, juntamente com ações governamentais de suporte à expansão e fortalecimento do ensino

=====

universitário, ajudou a promover um incremento de produção sobre internacionalização a partir do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos.

Associados aos aspectos elencados por Almeida, situou outros que integram a mesma agenda transnacional e têm forte impacto no Brasil, dentre os quais o processo de Bolonha (BIANCHETTI; MAGALHÃES, 2015), que continua servindo como referência para diversas reformas educacionais e curriculares na América Latina, incluindo o Brasil; o esforço de integração das universidades dos países que compõem o MERCOSUL; o fortalecimento das políticas de cooperação científica e tecnológica em âmbito internacional e os programas de mobilidade estudantil e docente. Evidentemente, as ondas provocadas por esses movimentos começam a alcançar os territórios curriculares da Educação Básica.

Dentre as proposições e ações educacionais relacionadas com internacionalização cujos efeitos implicam em alguma medida sobre os currículos da Educação Básica brasileira, destaco sumariamente e a título de exemplo, as seguintes iniciativas:

- ✓ Implantação do programa de intercâmbio e mobilidade estudantil denominado *Ciência sem Fronteiras*, implantado a partir de 2011 pelo governo federal com o propósito promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional (BRASIL, 2017a).
- ✓ Concessão de bolsas, pelo governo federal, para estudos no exterior nas etapas da graduação e pós-graduação *stricto sensu*, com destaque aos programas de bolsas de pesquisa para pós-doutorado, doutorado pleno, doutorado sanduíche, mestrado profissional e graduação sanduíche. São programas que se integram tanto ao programa Ciência sem Fronteiras quanto ao Plano Nacional de Pós-Graduação.
- ✓ Criação de redes de pesquisa em âmbito internacional – iniciativas cada vez mais frequentes envolvendo pesquisadores de diferentes áreas e programas em nível *stricto sensu*. Espaços que estimulam maior mobilidade estudantil e de docentes e criam novos ambientes de socialização da produção científica em escala internacional. A Capes estimula e apóia financeiramente essas iniciativas.

✓ Criação de novas universidades visando ampliar a integração regional e a internacionalização, a exemplo das recentemente implantadas: Universidade Federal para a América Latina (UNILA), Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS) e Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental (UNIAM). Destaque-se ainda a criação de escolas internacionais de Educação Básica, a exemplo da Escola Americana de Belo Horizonte; da Fundação Torino Escola Internacional, também em Belo Horizonte; da Escola Americana de Campinas, além de várias outras em outros estados da federação.

✓ Implantação do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) – desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu) em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Programa Idiomas sem Fronteiras tem como principal objetivo incentivar o aprendizado de línguas, além de propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do país. O IsF foi elaborado com o objetivo de proporcionar oportunidades de acesso, por meio do Programa Ciência sem Fronteiras e de outros programas de mobilidade estudantil, a universidades de países onde a educação superior é conduzida em sua totalidade ou em parte por meio de línguas estrangeiras (MARTINS; REIS, 2015).

✓ Implantação do Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI, criado pelo governo brasileiro em 2009, que acatou proposição do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB). O programa tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação de estudantes de cursos de licenciatura, visando à formação de professores da Educação Básica no Brasil, por meio da formação inicial e da implementação de novas diretrizes curriculares. O PLI consiste num programa de mobilidade de estudantes de graduação que possibilita a aquisição de dupla titulação: na universidade brasileira e na universidade portuguesa. Para tanto, os estudantes cursam os três primeiros semestres em universidade brasileira e prosseguem seus estudos, por um período de dois anos, em uma universidade

=====

portuguesa e ao regressarem ao Brasil, após esse período de estudos fora do país, concluem sua formação na universidade de origem. Para a aquisição dos dois diplomas é obrigatório que consigam obter 120 ECTS^{viii} na universidade portuguesa, além da integralização curricular na universidade brasileira (CHAVES, 2015).

- ✓ Desenvolvimento de um conjunto de programas de formação de professores da Educação Básica no exterior promovidos pela CAPES a partir de 2010, envolvendo as áreas de Física, Matemática, Língua Portuguesa e Inglesa, Alemão e Francês, com participação de aproximadamente 1800 professores que realizaram formação de curta duração em países como França, Alemanha, Estados Unidos etc. (SOUZA, 2016).
- ✓ Incremento na produção científica pelos pesquisadores das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras envolvendo a problemática da internacionalização e expressiva ampliação de representação de outros países nos periódicos científicos brasileiros (SOUZA, 2016).

5 AMARRAÇÕES FINAIS

O exercício de pesquisa desenvolvido nesta etapa do trabalho permitiu, dentre outros aspectos, a identificação e exploração de importantes marcações conceituais que servem de referência para o entendimento da problemática da internacionalização da educação em geral e do currículo em particular – formulações que também serviram de base para a construção de uma definição conceitual para *internacionalização do currículo na Educação Básica*, principal objeto de conhecimento da pesquisa em pauta.

Associado a esse exercício teórico, que contou com a contribuição de trabalhos de outros pesquisadores, também foi possível contextualizar o movimento de internacionalização do currículo em suas distintas escalas de ação e/ou influência, atividade esta que contribuiu inclusive para que situássemos os contextos nos quais se move a internacionalização dos currículos na Educação Básica brasileira.

Quanto à produção científica identificada nas bases de dados como referencial teórico para o presente trabalho, verificamos haver evidente predominância de pesquisas contemplando a internacionalização da educação superior, algumas das quais incluem questões curriculares na discussão e/ou análise, revelando-se raros os trabalhos se ocupam exclusivamente da internacionalização dos currículos na Educação Básica. Daí a importância de se explorar com maior detalhamento este movimento que já alcança sistemas de ensino e redes de escolas com expressiva força e velocidade.

Finalmente, importa destacar que não obstante o esforço acadêmico de pesquisadores visando compreender o fenômeno da internacionalização, ainda há um longo caminho a percorrer, principalmente no que se refere à necessidade de aprofundamento das questões conceituais e das implicações políticas e educacionais que caracterizam os diversos processos em marcha, seja no Ensino Superior ou na Educação Básica. Trata-se, portanto, de questões que neste momento efervescem os campos da política educacional e do currículo e que precisam ser tratadas com especial atenção.

=====

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andrea Moura de Souza. **O recurso às escolas internacionais como estratégia educativa de famílias socialmente favorecidas**, 2007. 241f. Tese (Doutoramento em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. Estratégias educativas de internacionalização: uma revisão da literatura sociológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 067-079, jan./abr. 2009.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011. 143p.

ALMEIDA, Simone Maranhão Costa. **Políticas para a educação superior**: a internacionalização em periódicos nacionais 2000-2014. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, Maranhão. Anais...Maranhão: UFMA, 2015.p. 1-13.

ALTBACH, Philip; KNIGHT, Jane. The internationalization of higher education: motivations and realities. **Journal of Studies in International Education**, 11 (3/4), 290 – 305, 2007

ALTBACH, Philip. Why higher education is not a global commodity. **The Chronicle of Higher Education**. USA, v. 47, may, 2001.

_____. Globalization and the university: Realities in an unequal world. J.J.F. Forest and P.G. Altbach (eds.), **International Handbook of Higher Education**, vol. 1. Dordrecht, The Netherlands, Springer. 121-140. 2006.

AMORIM, Marina Alves. Educação dos Brasileiros e o Estrangeiro: breve histórico da internacionalização dos estudos no Brasil. Brasiliiana: **Journal for Brazilian Studies**. vol. 1, n.1, Set, 2012.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa, Brasil: UEPG, 2014.

_____. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. Campinas: **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 89, 1105-1126, set/dez, 2004.

BEELEN, Jos; JONES, Elspeth.. Redefining internationalization at home. In: **The European Higher Education Area**: between Critical Reflections and Future Policies. Springer Open Cham: Springer, 2015.

BIANCHETTI, Lucídio; MAGALHÃES, Antônio. M. Declaração de Bolonha e internacionalização da educação superior: protagonismo dos reitores e autonomia universitária em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 225-249, mar. 2015.

BRASIL. **Ciência sem fronteiras**. Disponível em:
<<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/orograma;jsessionid=BDC5B2BB811AD8214CC1155705FFE2A>>. Acesso em: 12 ago. 2017a.

BRASIL. **Decreto n.º 7.345, de 27 de outubro de 2010**. Promulga o Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília/DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7345.htm>. Acesso em: 12 ago. 2017b.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Internacionalização da educação superior: uma análise dos programas ciências sem fronteiras e licenciaturas internacionais. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ESTADO E EDUCAÇÃO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, 2015, Florianópolis/SC. Anais... Florianópolis: ANDES, 2015. p.48-60.

COSSIO, Maria Fátima. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.13, n.04, p. 616 – 640 out./dez, 2015.

DALE, Roger. A sociologia da educação e o estado após a globalização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out-dez, 2010.

_____. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423-460, mai/ago, 2004.

DE WIT, Hans. Internationalization of Higher Education: Nine Misconceptions. **International Higher Education**, n. 64, Summer, 2011. p. 6-7.

_____. Reconsidering the Concept of Internationalization. In: Autoria. **International Higher Education**. Boston. December, 2013.

DIDRIKSSON, Axel. **Reformulación de la cooperación internacional en la educación superior de América Latina y el Caribe**, 2005.

DIDRIKSSON, Axel; GAZZOLA, Ana Lúcia. Prefácio. In: Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.

=====

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p.325-672, abr./jun. 2012.

GOUGH, Noel. Locating Curriculum Studies in the Global Village. **Journal of Curriculum Studies**, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 329-342, 2000.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5 - 31, 2004.

_____. The Internationalization of Higher Education: complexities and realities. In: TERREFA, Damtew; KNIGHT, Jane. **Higher education in Africa**: the international dimension. Massachusetts, USA: Boston College, 2008.

_____. Student mobility and internationalization: trends and tribulations. **Research in Comparative & International Education**, v. 7. n. 1. 2012.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Strategies for internationalisation of higher education: historical and conceptual perspectives. In: DE WIT, Hans (Ed.). **Strategies for the internationalisation of higher education**: a comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States of America. Amsterdam: European Association for International Education, 1995.

LANDWEHR, M. M. **Internationalization of K-12 Schools Through the Eyes of Public School Principals**. Capstone Collection, paper, 2521, 2012-.

LEAL, Fernanda Geremias; MORAES, Mário César Barreto. Internacionalização curricular no contexto do Sul-global. XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitária - CIGU. Peru/Arequipa, 2016. **Anais...** Peru/Arequipa, 2016. Disponível em:<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/171005/OK%20-20103_00376.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2017.

LEASK, Betty. Using formal and informal curricula to improve interactions between home and international students. **Journal of Studies in International Education**, v. 13, n. 2, 205-221, 2009.

_____. **Internationalizing the curriculum**. New York: Routledge, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v.46 n.159, p.38-62 jan./mar, 2016.

LIMA Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, v. 19, n. 72, p. 575-598, jul./set. 2011.

_____. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009.

LUNA, José Marcelo Freitas de. **Internacionalização do currículo**: educação, interculturalidade e cidadania global. Campinas: Pontes Editores, 2016.

MARTINS, Adriano; REIS, Elaine Cristina. Internacionalização na UFSC: análise do programa inglês sem fronteiras e do curso extracurricular de inglês. In: XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA NO SÉCULO XXI, 2015, Mar del Plata/Argentina. Anais... Mar Del Plata: 2015.p. 1-14

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **A expansão e a internacionalização da educação superior**. Florianópolis: 37ª Reunião Nacional da ANPEd, outubro 2015.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. O atual processo de internacionalização do campo do currículo, estratégias e desafios. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 37, 2012.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; RAMOS, Rosane Karl. Currículo, internacionalização e cosmopolitismo. In: **Curriculum, Internacionalização e Cosmopolitismo: Desafios Contemporâneos em Contextos Luso-Afro-Brasileiros**. Santo Tirso/Portugal: Facto Editores, 2015.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.27, n.01, p.93-112, abr. 2011.

_____. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação**, v. 19, n. 2, 2014.

_____. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, n. 28, pp. 107-124, 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice. Uma dose de Europa ou Estados Unidos para cada filho: estratégias familiares de internacionalização dos estudos. **Pro-positões**, Campinas, v.9, n.1(25), p.113-131, mar, 1998.

NOGUEIRA, Maria Alice; AGUIAR, Andreia Moura Souza; RAMOS, Viviane Coelho Caldeira. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências Escolares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 355-376, maio/ago. 2008.

=====

OCDE. **Internationalizing the curriculum in higher education.** Paris: OCDE, 1996.

PACHECO, José Augusto. Associações e disseminação do conhecimento. In: **Currículo, Internacionalização e Cosmopolitismo:** Desafios Contemporâneos em Contextos Luso-Afro-Brasileiros. Santo Tirso/Portugal: Facto Editores, 2015.

_____. Estudos curriculares, génesis e consolidação em Portugal. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 38, 151-168, 2013.

PEREIRA, Sérgio Azevedo. A internacionalização do currículo e a aprendizagem de todos os estudantes. São Paulo: **Revista Ensino Superior** – Unicamp, abr, 2015.

PINAR, William. **International handbook of curriculum studies.** Londres: LEA, 2003.

_____. **The worldliness of a cosmopolitan education:** Passionate lives in public service. Nova Iorque: Routledge, 2009.

RIZVI, Fazal. Internationalization of curriculum: a critical perspective. In: HAYDEN, M; LEVY, J; THOMPSON, J. (Eds.). **The Sage handbook of international education.** London: Sage, 2007.

SEVILHA, Gustavo Brechesi. **A internacionalização do ensino básico, suas motivações. 2014. 81 f. Dissertação (Faculdade de Filosofia)-** Universidade de São Paulo/USP, SP, 2014.

SILVA, Kellen Cristina Prado. A educação como ponte estratégica Brasil – África: internacionalização da educação superior pública nos governos Lula e Dilma (2003 – 2014). In: Seminário Internacional de Educação Superior , 2014, Sorocaba/SP. Anais... Sorocaba, Universidade de Sorocaba – UNISO, 2014. 1-11

SILVA, Maria Abádia da. Organismos internacionais e a educação. In: OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SOUZA, Marcel Garcia de. O. **Processo de Internacionalização Promovido pela Capes na Formação de Professores da Educação Básica.** 2016. 46 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre,2016.

TEICHLER, Ulrich. The changing debate on internationalization of higher education. **Higher Education**, n.48, p 5-46, 2004.

VARELA, Bartolomeu Lopes. O global e o local nos processos de prescrição e realização do currículo e na promoção do conhecimento universal: o caso da universidade de cabo verde. In:

Currículo, Internacionalização e Cosmopolitismo: Desafios Contemporâneos em Contextos Luso-Afro-Brasileiros. Santo Tirso/Portugal: Facto Editores, 2015.

ZAMBERLAM, Jurandir et al.. Os estudantes internacionais no processo globalizador e a internacionalização do ensino superior. Porto Alegre: Solidus, 2009. 140p.

Notas

ⁱ Principais bases de dados consultadas: Periódicos CAPES, Scielo e Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

ⁱⁱ No levantamento feito para este trabalho encontra-se: Sevilha (2014) Tese de Doutoramento (USP) e Souza (2016) Dissertação de mestrado (UFRGS) e Landwehr (2012).

ⁱⁱⁱ tradução da definição proposta por Betty Leask foi tomada do texto de Sérgio Azevedo Pereira, intitulado: *A internacionalização do currículo e a aprendizagem de todos os estudantes*, publicado na Revista Eletrônica “Ensino Superior” da Unicamp, em 10 de abril de 2015.

^{iv} Citarei alguns deles ao longo do texto.

^v Segundo Cossio (2015, p. 622), Os termos “Banco” ou “Banco Mundial” referem-se às duas instituições que formam o que é comumente chamado Banco Mundial: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que faz empréstimos para países em desenvolvimento com renda per capita média, como o Brasil, ou a países de baixa renda solventes; e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que faz doações e empréstimos sem juros, e com prazos maiores, para os países mais pobres do mundo

^{vi} Para Silva (2010), os organismos internacionais podem ser divididos em instituições intergovernamentais: a) globais: Organização das Nações Unidas – ONU; Organização Mundial do Comércio – OMC; Organização Internacional do Trabalho – OIT; Organização Mundial da Saúde – OMS; Fundo Monetário Internacional – FMI; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Grupo Banco Mundial; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; b) regionais: Organização dos Estados Americanos – OEA; Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE; Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal; Mercado Comum do Sul – Mercosul e União Europeia.

^{vii} Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – órgão subordinado ao Ministério da Educação – MEC.

^{viii} Chaves (2015) esclarece que o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) foi formalmente constituído como associação de dirigentes universitários em 27 de novembro de 2008, na Universidade de Coimbra. O GCUB é composto por universidades nacionais – federais, estaduais, confessionais e comunitárias – que reconhecem a instituição coimbricense como alma mater. Sua missão é promover a integração interinstitucional e internacional, mediante programas de mobilidade docente e discente, contribuindo para o processo de internacionalização da rede universitária nacional com suas contrapartes estrangeiras. ECTS significa um sistema de créditos adotado nas universidades europeias e implementado com o Processo de Bolonha. Esse sistema utiliza a medida do trabalho do estudante para completar um crédito como unidade. No caso das universidades portuguesas, o curso de Licenciatura, para ser integralizado, exige que o estudante tenha cumprido de 180 a 240 créditos e tem uma duração normal entre seis e oito semestres curriculares de trabalho dos estudantes.

Artigo recebido em 18/10/2017.

Aceito para publicação em 14/11/2017.

=====